

Mario Perniola

## LIGAÇÃO DIRETA

### Estética e Política

Tradução: Davi Pessoa Carneiro

#### Oitavo Capítulo

##### **Narrar fatos ou mostrar acontecimentos?**

##### 1. Fatos inenarráveis e narrativas impossíveis.

A geração que se reconheceu no Maio de 68, na medida em que entra na maturidade, sente-se cada vez mais frequentemente levada a colocar a questão sobre a relação entre a experiência vivida inaugurada naquele ano, por um lado, e a experiência cultural, literária, filosófica e histórica, por outro. Tal questão é articulada de várias maneiras. Por exemplo, colocam-se as perguntas: o romance, como gênero literário, pode narrar de modo adequado os fatos vividos coletiva e individualmente, social e privadamente, das últimas duas décadas? A filosofia, como forma de conhecimento, pode narrar o significado desses fatos? A história, como dimensão do saber, pode narrar a conexão que os une? Literatura, filosofia e história são, assim, chamadas a dar prova da sua capacidade de narrar o nosso passado próximo. Na base dessa questão está, de fato, a suspeita de que tudo o que aconteceu em 68 até hoje é, de algum modo, pós-literário, pós-filosófico e pós-histórico, e por isso não suscetível de ser narrado, não por nossa incapacidade, mas pela sua essência, porque esta ultrapassaria as possibilidades da literatura, da filosofia e da historiografia.

Essas questões surgem, entre tantas outras, pela leitura do livro de Milan Kundera *A insustentável leveza do ser*, segundo o qual, o mundo, depois de 68, tornou-se muito leve, muito absurdo e irreal para poder ser narrado. Não se pode narrar o que é irrelevante, porque privado de repetição, despojado de qualquer dimensão inelutável e irreversível que o transforma num destino. “Einmal ist keinmal” [Uma vez é como nenhuma vez], diz Kundera: se algo não se repete, então é meramente casual e, portanto, inenarrável. Nenhum personagem pode se tornar exemplar num mundo em que nada tem peso, em que “tudo está já perdoado e, por isso, cinicamente permitido”. Nenhuma filosofia pode narrar o significado de um mundo em que os pólos da existência humana se aproximaram até se tocarem, já que não há mais diferença entre o sublime e o ínfimo, entre o anjo e a mosca, entre Deus e a merda. Nenhuma historiografia é possível quando a realidade se tornou leve como uma pluma, quando fatos, como a invasão russa da Checoslováquia, parecem tão remotos quanto a guerra entre dois estados africanos do século XIV, que nada mudou na face da terra.

A narrativa literária, filosófica e historiográfica parece, de resto, ligada à aquisição de um ponto de chegada, de um lugar estático a partir do qual o passado se torna irrevogável. Mas se tudo, nessas últimas duas décadas, pareceu revogável, onde poderá o narrador alcançar a autoridade que o constitui como tal?

Semelhante formulação do problema é, no entanto, analisando bem, extremamente capciosa: de fato, parece inegável que ao longo dos últimos vinte anos aconteceram transformações profundas da relação entre experiência vivida e experiência cultural, entre sociedade e cultura; mas deduzir disso que a cultura deve sucumbir diante do absurdo do mundo é pelo menos precipitado. Antes de tudo, não é de hoje, não é desde 68 que o romance já não narra fatos: desde o início do século Henry James e Joseph Conrad colocaram em movimento um processo que dissolveu a relação entre a escritura romanesca e a realidade exterior, típica do romance realista, naturalista, vitoriano. De modo análogo, não é de hoje, nem desde 68 que a filosofia já não narra o significado dos fatos: com a fenomenologia e, sobretudo, com Heidegger, dissipou-se completamente a relação de subordinação do pensar em relação ao factual, típica do positivismo. Finalmente, não é de hoje, nem desde 68 que a historiografia já não narra fatos: pelo menos a partir do historicismo e de Max Weber a historiografia emancipou-se do projeto positivista de descrição das *res gestae*.

Muito tempo antes da chegada dos presumidos “fatos inenarráveis” do Maio de 68 e do pós-Maio de 68, a literatura, a filosofia e a historiografia acreditaram que a narração dos fatos era impossível, porque se fundava em pressupostos positivistas, que são literária, filosófica e historiograficamente inaceitáveis, e procederam a uma *desconstrução* do romance realista, da metafísica moderna e da historiografia entendida como ciência exata.

## 2. As três desconstruções da narrativa.

A desconstrução do romance realista articula-se em vários momentos que acometem a literatura de vários países. No início, ela se manifesta na América, com Henry James, através de uma muito escrupulosa atenção ao processo artístico, aos problemas da técnica narrativa. Com Henry James, o conteúdo, o objeto da narrativa tende a desaparecer diante da *ação literária* do romancista, a qual pertence a uma ordem superior e mais apreciável do que os fatos que deveria descrever. Os fatos narráveis, para James, reduzem-se, no mais, de modo notável: como diz Forster, parece que a vida humana deve anular-se quase inteiramente para que o escritor possa nos dar um romance, ou, pelo menos, deve limitar-se àquela “devoção heróica, perfeita consciência e graça exterior” que caracterizam os seus personagens. O *embarassement* [constrangimento] de James em confronto com os fatos, a sua maneira de colocar a vida à distância respeitosa, é a primeira machadada naquela narrativa prometeica que permitia ao romancista vitoriano colocar-se como autor onisciente. James está entre os primeiros a subtrair-se à idolatria do fato enquanto fato: o que importa é a sua sensibilidade, ao saber transpô-lo numa outra ordem.

Se em Henry James é realizada uma fortíssima seleção de fatos narráveis, em Conrad os fatos são submetidos a um distanciamento do leitor, pela inserção de uma série de testemunhas indiretas que chega até o número cinco. A narrativa torna-se uma interrogação sobre as condições que a tornaram possível: de tal modo, o centro da atenção desloca-se do fato em si em direção ao seu trânsito através das várias versões sucessivas que dele dão aqueles que tiveram seu conhecimento. Narrar transforma-se num esforço de aproximação a um enigma. A escassa inteligibilidade dos fatos é semelhante à escassa inteligibilidade das consciências: a desconstrução narrativa não está ao serviço do romance psicológico, mas vai mais além dele. Mesmo as sensações, os sentimentos, as correntes de consciência são ainda fatos. A única coisa que parece subtrair-se à condição de fato é o próprio empreendimento literário que é assimilado por Conrad através de uma ação, de um ato político-militar, tal como a conquista de uma colônia.

Os passos sucessivos da desconstrução do romance são dados na França por André Gide, Rivière, Artaud, Leiris e Beckett. Mas a problemática agitada por James e por Conrad tem influência na narrativa de todas as línguas europeias. O distanciamento em relação aos fatos foi o que permitiu a grande autopromoção e solenização cultural que a narrativa realizou ao longo do século XX, assimilando o romancista ao poeta e ao filósofo.

Em Gide, o esforço do romancista desorienta a narrativa, arrasta-a para a especulação, cria um centro novo em detrimento do fato, do dado exterior. Por isso, em Gide o romancista si afirma como o único personagem possível: a vicissitude do processo artístico torna-se o único fato que pode ser narrado, precisamente porque não é um fato, mas um ato, um evento. Se o romancista naturalista antes de começar o livro tem de saber como terminará, a desconstrução de Gide procede por uma “mise en abyme” [queda no abismo] do objeto da obra que a torna ao mesmo tempo absoluta e irônica, sublime e paródica.

Próximas da problemática de Gide estão as considerações desenvolvidas por Jacques Rivière, por volta de 1920, sobre o romance de aventura: este é, para ele, não mais o romance que narra fatos aventureiros, mas, sim, o livro que é ele mesmo uma aventura, a obra em que o autor passa do estado de memória ao estado de aventura. Através de um progressivo e inexorável distanciamento dos fatos, o processo artístico se afirma como sendo aquilo que mais importa: o escritor não quer sentir nada, nem quer nada mais daquilo que faz. Muitos escritos de Antonin Artaud e de Michel Leiris podem ser considerados uma radicalização do romance de aventura de Rivière. O propósito de ambos é mostrar algo que acontece no exato momento em que acontece, colhendo a linguagem em ato. Para Artaud trata-se de mostrar a própria gênese do pensar e do escrever. Para Leiris a literatura deve ser considerada algo semelhante à tauromaquia, tão perigosa quanto o combate com um touro.

Mas o ponto de chegada da desconstrução da narrativa literária é indubitavelmente atingido pelos romances de Samuel Beckett. Os seus livros estão continuamente à procura de si mesmos, não são mais do que essa procura, que se desenvolve, *hic et nunc*, diante dos olhos do leitor. Em Beckett, a impossibilidade de narrar fatos é apresentada em toda a sua atualidade e dramatizada ao extremo, sem nenhum respeito por qualquer que seja a convenção narrativa. Antes de Beckett, talvez só em Henry Miller a desconstrução tenha tido êxitos desestruturantes tão ilimitados e excessivos.

A ideia fundamental que animou a desconstrução do século XX do romance pode ser formulada nesses termos: a escrita literária já não narra fatos, mas *mostra acontecimentos*. E é precisamente nessa intenção fundamental que ela encontra as outras duas desconstruções dos modos de narrar, a filosófica e a historiográfica.

Em que consiste a desconstrução filosófica? A emancipação da filosofia dos fatos está já implícita na *epoché* fenomenológica, na intenção de Husserl de surpreender o julgamento sobre os fatos. Mas é, sobretudo, em Heidegger que são colocadas as premissas essenciais da desconstrução. Tais premissas são substancialmente três. Em primeiro lugar, o pensamento filosófico tem a ver com

“fenômenos” e não com “fatos”. Fenômeno significa aquilo que se manifesta em si mesmo, o automanifestar-se. “Detrás” dos fenômenos não existe absolutamente mais nada. Em segundo lugar, o fenômeno por excelência é o *logos*, a linguagem e, mais essencialmente, a linguagem da filosofia e da poesia, que, por isso, no mais elevado grau, se torna manifesta e acessível, mostrando-se como acontecimento. Em terceiro lugar, a linguagem é acontecimento histórico no sentido mais essencial, não porque seja narrativa de fatos históricos (*Historie*), mas porque é ela própria história (*Geschichte*). Enquanto pensarmos a linguagem como signo de fatos não linguísticos, estaremos prisioneiros de uma metafísica que considera o ser como não essencialmente linguístico, como algo que está para além, *meta*, daquilo que é fenômeno, daquilo que aparece. O ponto forte do discurso heideggeriano é, portanto, a identificação entre fenômeno e linguagem. Essa identificação estaria já implícita na própria palavra *fenomenologia*, que deve ser lida assim: *fenômeno=logos*. Na base dessa identificação, Heidegger procede à desconstrução da história da metafísica ocidental, que é justamente a história da subordinação da linguagem a algo não linguístico, do fenômeno ao fato.

Mas – poder-se-ia observar – a desconstrução da história da metafísica ocidental não se desenrola ela mesma como uma narrativa? Como uma narrativa que se inicia desde Platão e Aristóteles, desenvolvendo-se com Descartes e com Kant, encontrando a sua realização em Hegel e em Nietzsche? O pensamento heideggeriano não é, absolutamente, a narrativa da passagem da substância da filosofia antiga ao sujeito cartesiano e deste ao eu do idealismo, ao espírito absoluto da dialética em direção à vontade de poder nietzschiano? Não é a narrativa da continuidade entre metafísica, humanismo e ciência? Na realidade, para Heidegger, a desconstrução da metafísica ocidental é irreduzível à narrativa da história de um erro. A desconstrução é um acontecimento em que a metafísica mostra aquilo que nela permanecia *não pensado* (*ungedacht*). Por isso, ela implica mais “um passo para trás” (*Schritt zurück*) do que uma superação. “A metafísica não se deixa pôr de lado como uma opinião – escreve Heidegger, em *Saggi e discorsi* (p. 46) – Não se pode virar as costas para ela, como uma doutrina em que não se acredita e que não se sustenta mais”. A metafísica não é um fato realizado de uma vez por todas, que uma vez apreendido pode ser colocado de lado, para encaminhar-se nas regiões livres do pensamento pós-metafísico. A reflexão sobre a sua essência é um acontecimento que se realiza e se mostra apenas graças ao pensamento que a interroga.

Heidegger atribuiu, assim, ao pensamento e à linguagem filosófica as mesmas características que Rivière ou Leiris atribuíram ao romance: o pensamento é *une aventure*, não apenas quando é um pesquisar e um interrogar-se em direção ao impensado, mas mais profundamente porque está ligado ao ser entendido como advento (*Ankunft*) como história.

A terceira desconstrução do ato de narrar é a historiográfica, operada pelo historicismo alemão, que se interrogou sobre as condições do conhecimento histórico. Foi, sobretudo, em Max Weber que a refutação da concepção da história como descrição e reprodução dos fatos encontrou o desenvolvimento mais radical. O objeto do conhecimento histórico não são, de forma alguma, os fatos, e a obra histórica não é o mero registro de algo que se tenha encontrado antes. A constituição do objeto histórico, ou, como diz Max Weber, da individualidade histórica, é o resultado da atividade conceitual do historiador e do interesse que o move. Nada pode ser considerado automaticamente como digno de fazer parte da história, mas, igualmente nada pode ser excluído de uma vez por todas da história. Tudo depende da avaliação do historiador, cuja atividade não é, por isso, mera narrativa do passado, pois ela mesma se coloca como acontecimento histórico. A circunstância de que certos elementos individuais da realidade sejam escolhidos como objeto da análise histórica, enquanto a grande maioria dos outros elementos são recusados, tem a sua razão de ser unicamente na valorização realizada pelo historiador, ao qual Weber atribui uma tarefa de máxima responsabilidade. “Pressuposto transcendental de toda ciência – escreve Weber no ensaio *A “objetividade” cognitiva da ciência social e da política social* – não é porque consideramos *investida de valor* uma determinada, ou, também em geral, uma “cultura” qualquer, porém porque somos *seres culturais* dotados da capacidade e da vontade de assumir conscientemente *posições* diante dos problemas do mundo”.

A obra histórica não é a narrativa de algo que tem valor e sentido em si, nem de uma valorização arbitrária, mas o resultado de uma imputação: não é a expressão da nossa ignorância ou da incompletude do nosso conhecimento, mas, pelo contrário, é a manifestação histórica de um saber positivo, ancorado essencialmente na experiência do presente. A sua tarefa é aquela de produzir ordem na base da situação atual do nosso saber e das formações conceituais à nossa disposição, no caos dos fatos que compreendemos no âmbito do nosso *interesse*. A desconstrução da narrativa histórica implícita na obra de Max Weber comporta um trabalho de caráter essencialmente conceitual: a caracterização de tipos ideais capazes de mostrar o caráter específico dos fenômenos culturais tomados em análise. É através da elaboração dessa tipologia que é realizada a transformação cultural do dado histórico. Tal transformação é acontecimento histórico por excelência.

A historiografia se encontra, assim, com a literatura e com a filosofia ao considerar que o essencial da sua atividade não é o conjunto dos fatos empíricos de que deveria dar conta, mas, sim, a sua própria atividade. As noções de “ação literária”, de “pensamento-acontecimento”, de “interesse histórico” se revelam convergentes em relação a uma orientação que faz do *presente* e da *presença* a modalidade privilegiada do tempo e do espaço.

### 3. Cripto-positivismo e cultura do acontecimento.

As três desconstruções, que expusemos nas suas linhas muito gerais, pertencem à primeira metade do século XX. Elas representam um ponto de referência essencial da investigação respectivamente literária, filosófica e historiográfica das últimas décadas: as obras de Blanchot, de Derrida, de Baudrillard, e de tantos outros, encontram o seu ponto de partida nessas experiências. No entanto, se compararmos as três grandes desconstruções da primeira metade do século XX com as obras desses autores mais recentes, e, sobretudo, com o clima cultural dos últimos vinte anos, parece evidente uma diferença fundamental. Nas primeiras, a recusa da narração dos fatos e a desconstrução do passado são inseparavelmente acompanhadas do momento afirmativo e construtivo da tarefa que consiste em mostrar o acontecimento literário, o acontecimento filosófico e o acontecimento historiográfico na sua *positividade*, na sua *presença*. Pelo contrário, o clima cultural dos últimos vinte anos separou os dois momentos, interpretou a recusa da narração dos fatos como recusa da realidade *tout court*, a desconstrução como uma destruição, e entendeu a atividade literária, filosófica e historiográfica como uma experiência ligada à *negatividade*, à *ausência*, à *arbitrariedade*.

A tese segundo a qual a literatura estaria essencialmente ligada ao negativo (defendida por Maurice Blanchot) não é, de fato, deduzida pela desconstrução literária de Henry James e de Gide, e nem mesmo de Leiris e de Henry Miller: por mais aventureira e perigosa que seja a experiência literária, precisamente na medida em que alcança um resultado, em que serve à obra, resgata todas as frustrações e subtrai-se à derrota. A obra é, em todo caso, um êxito, uma vitória sobre os fatos, os quais – como observa a tal propósito Eugenio Montale – permanecem “obscuros”.

Não de outra forma, a tese segundo a qual o privilégio do presente implicaria *tout court* a adesão à perspectiva da metafísica ocidental (como diz Derrida), não é realmente dedutível da desconstrução heideggeriana. Aliás, para Heidegger, a presença no sentido exato de *Anwesenheit* é aquilo que é mais digno de ser pensado, é o ser na sua diferença em relação ao ente da metafísica. O adiar, o remeter, o diferir, o acontecimento para um outro tempo significa, pelo contrário, continuar

precisamente o movimento de transcendência da metafísica. Mas é chegada a hora – como observa Clément Rosset – de subtrair-se à angústia que deriva do fato de viver fora do presente.

Finalmente, a tese segundo a qual o primado da valorização historiográfica sobre os fatos comporta necessariamente a introdução de uma total arbitrariedade e a equiparação da atividade do especialista de ciências sociais à de um escritor de *science-fiction* (como diz Baudrillard) não é, de fato, dedutível pela desconstrução weberiana. Ao contrário, para Max Weber, a exposição histórica pretende “valer” como “verdade”: mas esta pretensão não é satisfeita pela sua adequação aos fatos, mas, antes, pela própria construção científica, pela extensão e pela solidez da rede conceitual que ela teceu. De modo que – como observa Hayden White - toda a história contém os elementos de uma filosofia da história completamente realizada.

Na realidade, a interpretação niilista das desconstruções da narrativa, como muitas formas de pensamento negativo, baseia-se num pressuposto positivista não expresso: a observação de que a literatura, a filosofia, a historiografia e, mais em geral, a cultura não podem garantir qualquer tipo de fato, nem ser garantidas por qualquer tipo de fato, nem constituir elas mesmas um fato, é vista como a prova de uma sua irremediável minoridade, fraqueza, negatividade. A esse cripto-positivismo é necessário opor o seu caráter positivo, afirmativo, de *acontecimento*, de presença histórica não factual.

Ora, sem dúvida um *acontecimento* pode parecer, segundo uma óptica positivista, mais leve do que um *fato*. Mas a essência do problema não é tanto se a cultura é pesada ou leve: a questão é se ela está numa relação de consonância com a experiência vivida, com a vida corrente, com a cotidianidade, ou se ela está – como sustenta o niilismo cripto-positivista – numa relação de estranheza radical com o mundo. Kundera tem razão ao argumentar que a experiência dos últimos vinte anos se tornou leve; entretanto ela perdeu o seu peso porque se desconstruiu, porque os acontecimentos perderam cada vez mais o caráter de fatos e assumiram cada vez mais o caráter de acontecimentos. Essa desconstrução da experiência comum está em íntima relação com os *mass-media*, que já fornecem fatos nus, mas acontecimentos vestidos de todos os comentários, as interpretações e as previsões possíveis, com a televisão, que fornece não a narrativa de fatos passados, porém a visão de acontecimentos que se desenrolam diante dos olhos dos espectadores, e finalmente com a informatização da sociedade, que coloca à nossa disposição, como potencialmente presente, todo o planeta. Os assim chamados “fatos inenarráveis” dos últimos vinte anos não são na realidade fatos, mas acontecimentos: não podem, por isso, ser narrados, mas devem ser mostrados.

Mas Kundera não tem razão ao considerar essa transformação como uma catástrofe. Tendo a nostalgia dos fatos que deveriam repetir-se absolutamente tal e qual, ele faz justamente uma



aspiração positivista por excelência, caracterizando a lei do processo histórico e eliminando a diferença entre ciências naturais e ciências históricas. Na realidade, o desaparecimento também na experiência cotidiana de “fatos pesados” deve ser saudado com profunda satisfação pela literatura, pela filosofia e pela historiografia, porque tal desaparecimento vai ao encontro da orientação fundamental da cultura da primeira metade do século XX. Também na vida se manifesta finalmente um tipo de experiência que o romance, a filosofia e a historiografia, cada um por sua conta, explorou antecipadamente: não contar fatos, mas, sim, mostrar acontecimentos.

Completamente injustificáveis se tornam posições culturais de tipo niilista que afirmam o caráter negativo ou fraco do pensamento e da cultura. Ao longo dos últimos vinte anos abriu-se para o saber uma possibilidade única e extraordinária: a de se colocar finalmente em *ligação direta* com a experiência cotidiana, de emancipar-se finalmente daquela condição de isolamento que a cultura de vanguarda tinha conhecido na primeira metade do século XX. O período aberto pelo Maio de 68 pode também ser chamado de pós-literário, pós-filosófico e pós-histórico, não no sentido em que o saber literário, filosófico, histórico já foi realizado, porém no sentido em que o saber implícito na literatura, na filosofia e na historiografia pode estar finalmente em sintonia com as experiências de todos.

O desaparecimento de personagens exemplares, de arquétipos, de modelos originários do comportamento, tanto na experiência cotidiana quanto na experiência cultural, implica certamente o declínio da dimensão trágica e irreversível da vida, no entanto assinala, por outro lado, a emancipação da cópia, do simulacro, daquilo foi até agora subordinado e secundário: tudo isso deixa de ser pálida imitação e se torna acontecimento autônomo. Este se encarrega, assim, da responsabilidade de fazer diferença entre o sublime e o ínfimo, entre o anjo e a mosca, entre Deus e a merda. É certo que em si não existe qualquer diferença entre 68 e uma guerra de estados africanos do século XIV. É cripto-positivismo pensar que tais diferenças são meros fatos: eles ficam ou desaparecem na medida em que se impõem a nós ao ponto de nos forçar a mantê-los no presente, *hic et nunc*, no acontecimento.

Referências:

DESCOMBES, Vincent. *Le même et l'autre*. Paris: Minuit, 1979.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. *Saggi e discorsi*. Trad. Gianni Vattimo. Milano: Mursia, 1976.

\_\_\_\_\_. *Wegmarken*. Frankfurt: Klostermann, 1967.

KUNDERA, Milan. *Intervista sul romanzo (a cura di C. Salmon)*, in: "Lettera", n. 4-5, aprile-settembre, 1985.

\_\_\_\_\_. *A insustentável leveza do ser*. Trad. Tereza B. Carvalho da Fonseca. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MONTALE, Eugenio. *Entra in scena il metaromanzo*, in: "Il corriere della sera", 9/10/1966.

NORA, P. *L'evento mostre*. In: MORIN, Edgar (org.). *Teorie dell'evento*. Milano: Bompiani, 1974.

PERNIOLA, Mario. *Il metaromanzo*. Milano: Silva, 1966.

ROSSET, Clément. *Le philosophe et les sortilèges*. Paris: Minuit, 1985.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. Trad. Augustin Wernet. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

WHITE, Hayden. *Retorica e storia*. Trad. Pasquale Vitulano. Napoli: Guida, 1973.